****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,71, Ano 66 Quinta-feira**

**15 de Abril de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**BRUNO COVAS**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.174, DE 14 DE ABRIL DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 247.524,63 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Educação,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 247.524,63 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 14 de abril de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 14 de abril de 2021.

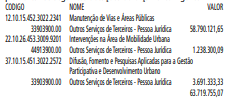
**DECRETO Nº 60.175, DE 14 DE ABRIL DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 63.719.755,07 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, da Secretaria Municipal das Subprefeituras e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano,

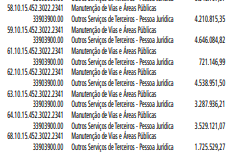
D E C R E T A:

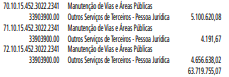
Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 63.719.755,07 (sessenta e três milhões e setecentos e dezenove mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:







Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 14 de abril de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 14 de abril de 2021.

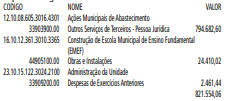
**DECRETO Nº 60.176, DE 14 DE ABRIL DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 821.554,06 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

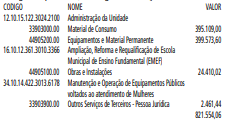
BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal das Subprefeituras,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 821.554,06 (oitocentos e vinte e um mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 14 de abril de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 14 de abril de 2021.

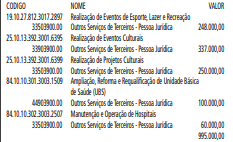
**DECRETO Nº 60.177, DE 14 DE ABRIL DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 995.000,00 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

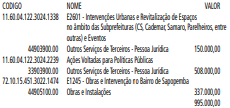
BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, do Fundo Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Cultura,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 995.000,00 (novecentos e noventa e cinco mil reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 14 de abril de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 14 de abril de 2021.

**EDITAIS PAG. 51 E 52**

**SAÚDE**

GABINETE DO SECRETÁRIO

**SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE / GRUPO**

**DE TRABALHO / CENTRO DE CONVIVÊNCIA E**

**COOPERATIVA - CECCO**

**RELATÓRIO FINAL**

Um movimento de frequentadores e trabalhadores dos CECCOs solicitou uma reunião com o Secretário Municipal de

Saúde para discutir pautas diversas relativas ao acompanhamento e desenvolvimento do serviço CECCO. Nesta reunião participaram assessores e parlamentares, trabalhadores, gestores, frequentadores e pesquisadores sobre CECCOs. Para tratar das diversas pautas levantadas, o Secretário então propôs a criação de um Grupo de Trabalho. Foi instituído através da Portaria n°412/2020-SMS.G, publicada em 23 de Outubro de 2020 no Diário Oficial da Cidade. O GT teve ao todo 7 reuniões, realizadas entre 01 de Outubro e 12 de Novembro de 2020, sempre por meios virtuais (Plataforma Microsoft Teams) com registro dos encontros em ATAs, sob coordenação da Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria Municipal da Saúde.

O Grupo de Trabalho ocupou-se na reflexão acerca da natureza dos CECCOs, suas características fundantes e necessidades prioritárias dentro de uma perspectiva da saúde coletiva, intersetorial e de uma rede inovadora de cuidados.

O relatório a seguir cumpre sua tarefa de apresentar às autoridades da cidade de São Paulo o que há de mais relevante num serviço de alcance a todas as faixas etárias, gêneros, raças, credos, escolaridade, condição econômica, cultural, social e, sobretudo de saúde, de seus frequentadores, a ser preservado qualificado. Baseado na premissa de acesso universal e na concepção de saúde como bem estar físico e emocional para um bem viver, compreendendo o sofrimento humano determinado pelas más condições de vida e trabalho aos quais as pessoas estão expostas, constata-se que os CECCOs acolhem todos os interessados em suas ofertas, independente de vulnerabilidades e intencionalmente mistura diversidade de necessidades e perfis. O intuito dos CECCOs é de provocar encontros emancipatórios e disparadores de novos valores de convivência e trocas entre os frequentadores, o que proporciona o emergir de indicadores de impacto psicossocial, observado na mudança relacional e de hábitos da vida cotidiana, que interferem no repertório de saúde e de exercício de cidadania de seus frequentadores. Os encontros do GT concluíram que o que confere singularidade aos CECCOs de São Paulo, são fundamentalmente cinco

aspectos estruturais nos quais destacam:

1 - Sua natureza intersetorial, que lhe garante identidade híbrida, como um dispositivo que agencia pluralidade de saberes territoriais, a partir de ações conjuntas com outras Secretarias Municipais e Organizações Comunitárias da Cidade. Este aspecto é por demais importante, pois promove a ocupação de espaços públicos no território da cidade não vocacionados à saúde, ampliando oportunidades de uma malha de acolhida do fenômeno humano, envolvendo outros atores na promoção desmedicalizante em outras formas de cuidado. Há que se incentivar a ampliação de ocupação desses territórios variados para implantação de CECCOs, podendo as Subprefeituras serem um parâmetro de localização de novos dispositivos que atinjam as franjas da cidade e seus núcleos mais centrais.

Em 10 de Novembro de 2020, o 6º encontro do GT contou com a presença de representantes técnicos das Secretarias Municipais que acolhem os CECCOs em seus espaços: Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), Secretaria de Esportes (SEME) e Secretaria de Educação (SME), indicando a necessidade de definição oficial acerca das atribuições de cada Secretaria com relação aos próprios ocupados e adaptação de processos de trabalho, de maneira a criar maior organicidade no trabalho conjunto. Ademais, reafirma-se com estas ações intersecretariais a lógica contemporânea de um fazer saúde em espaços vocacionados ao lazer, esporte, cultura, contemplação, fruição como o são os Parques, Centros Esportivos, Centros Comunitários e CEUs, ampliando, desta maneira, a capilaridade de hábitos saudáveis da população como uma ação eminentemente pública e pluri protagonizada;

2 - Sua sustentação se deve a um corpo multidisciplinar robusto e diversificado de trabalhadores de saúde que requer qualificação na formação em serviço continuadamente, como condição de suporte às ações inovadoras no campo da intersecção da saúde com a cultura, educação, meio ambiente, esporte e trabalho. Portanto, sua grandiosidade é a garantia de investimento em ampla equipe de profissionais de saúde (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, nutricionistas, auxiliar de enfermagem...), que em ação parceira e cotidianamente conjunta com trabalhadores oficineiros com expertise, especialmente, nas artes, artesania, esporte, meio ambiente, economia solidária, elevem a qualidade das ofertas apresentadas à população usuária e assim colaborem na alteração do IDH paulistano.

O 6º encontro do GT também contou com a presença de duas Secretarias Municipais que possuem um enorme potencial parceiro para qualificar as ofertas cotidianas no campo das oficinas de convivência e de economia solidária, respectivamente Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e **Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Trabalho (SMDET),** revelando a pertinência de trabalho integrado que potencializa a assistência nos CECCOs, impactando na cobertura e qualificação da oferta. Indicou-se a necessidade de alocação de recursos orçamentários e extraorçamentários em SMS e particularmente em relação à SMC, destinado para a realização de edital de chamamento para contratação de oficineiros específicos para atuarem em todos os CECCOs. Esta proposta impactaria sobremaneira na resposta às necessidades territoriais, sobretudo de populações em vulnerabilidade social e de saúde.

Com relação à SMDET, identificamos o Programa Operação

Trabalho (POT) que oferece bolsas para usuários e que contempla a capacitação para o trabalho, os estágios e esforços para inserção no mercado formal de trabalho. O programa conta com equipe técnica e de educadores com possibilidade de diversas frentes de trabalho, como artes, horta, reciclagem, dentre outros. A SMDET acredita ser possível e muito interessante a ampliação do programa junto aos CECCOs. Essa possibilidade deve considerar a natureza primordial dos CECCOs com relação a formação de grupos heterogêneos, quanto a ciclos de vida, gênero, raça, credo, escolaridade, condição econômica, cultural,

social e de saúde.

3 - Sua oferta se baseia na convivência em agrupamentos heterogêneos identificados pelo interesse no desenvolvimento de oficinas, atividades e ambiência marcadas, sobretudo pelas linguagens artísticas, esportivas e ambientais, coordenadas por profissionais parceiros e ficando a cargo dos profissionais de saúde a função de mediadores de convivência e manejo de conflitos que o encontro de diversidades proporciona e eleva o grau de potência criativa para o desenvolvimento humano. Esta metodologia inovadora que outorga função social aos CECCOs traduz o seu aspecto mais contemporâneo de manejo das relações humanas na dimensão da saúde como capacidade de construção de bem coletivo, desenvolvimento de solidariedade, habilidade para o trabalho criativo e co-elaborativo, autoestima e desenvolvimento de projeto de vida individuais e coletivos. Diferenciando, desta maneira, o dispositivo CECCO dos CAPS, das UBS, dos Ambulatórios, sendo, portanto, imprescindível a adequação de seus procedimentos e outras questões envolvendo o CEINFO. Sobre este ponto, o GT realizou estudos e discussões acerca da identidade dos CECCOs a partir da observação dos procedimentos que são lançados para descrever a atuação do serviço. Constatou-se que tais procedimentos mostraram-se insuficientes para descrever a natureza e especificidade do trabalho dos CECCOs e tiveram a última revisão conjunta entre a Área Técnica de Saúde Mental e a CEINFO/ SMS em 2012, sendo necessária uma nova atualização.

Em consulta à CEINFO/SMS, o GT conheceu a plataforma SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPMs do SUS) do Ministério da Saúde, que possui uma tabela unificada com todas as possibilidades de procedimentos a serem lançados em todos os âmbitos do SUS, oferecendo alternativas adequadas aos CECCOs nos grupos 01 (Ações de promoção e prevenção à saúde) e 03 (Procedimentos clínicos). Esses dois grupos de procedimentos podem ser lançados pelo software BPA magnético, respeitando todas as categorias profissionais que compõem a equipe. Ainda assim, havendo outros procedimentos que não se enquadrem aos sistemas já desenvolvidos poderão então ser criados, como por exemplo, os referentes à Economia Solidária.

Com relação à normativa do serviço, temos vigente uma normatização de 1992 que também precisa ser atualizada sem perder o compromisso com os aspectos estruturais fundantes dos CECCOs, que imprimem originalidade e pluralidade a serem reconhecidas no CNES.

Para tal, todo esforço da SMS deverá ser dispensado para que iniciativas legislativas no âmbito municipal e nacional prosperem na direção de resoluções que reconheçam o CECCO como dispositivo básico na saúde pública, amalgamado intersetorialmente a outras secretarias com um Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde original e legítimo em todos os níveis de Governo.

4 - Sua população beneficiária é formada por toda população interessada nas ofertas no campo da vivência criativa ou de organização coletiva em economia solidária, sendo que os agrupamentos devem ser identificados pela característica das ofertas e não pelo aspecto nosológico ou outro que destaque vulnerabilidades de seus membros. No CECCO a consigna é a promoção e a prevenção de saúde, via instrumentos valiosos na provocação de encontros diversos que se valem de recursos individuais e coletivos, forjando experiências de emancipação e pertencimento.

Assim este GT que contou com a presença fixa ou convidada de representantes de várias secretarias municipais, de representantes do legislativo municipal e nacional, área técnica, jurídica e parlamentar de SMS, representantes da voz dos trabalhadores, coordenadores e frequentadores de todos os CECCOs e especialistas na política pública antimanicomial de convivência e trabalho que o CECCO representa, entende a importância das questões apresentadas serem objeto de resolução e ou apoio de SMS; 5 - Sua identidade, são de natureza intersetorial e intersecretarial. A principal ferramenta do trabalho dos CECCOs é o vínculo longitudinal, construído processualmente no campo da confiança, convivência e da corresponsabilidade.

Síntese dos compromissos de SMS a partir dos resultados

do GT CECCOs:

- Reafirmar a natureza híbrida, intersetorial, intersecretarial, sustentada em equipe ampla e diversificada de profissionais de saúde para cada CECCO e contratação de corpo amplo de oficineiros através de SMC, para viabilizar as oficinas com garantia de impacto na cobertura e qualificação de oferta territorial;

- Reconhecer o CECCO como dispositivo de agenciamento territorial com propósito de produzir saúde a partir da convivência criativa e ativa na diversidade, em espaços singulares da cidade, não vocacionados à saúde;

- Viabilizar a definição de atribuições intersecretariais, sobretudo de SMC, SMDET, SVMA, SEME, SME que acolhem os CECCOs em seus espaços específicos e ou colaboram nas ações cotidianas no campo da convivência e do trabalho solidário;

- Ampliar o número de CECCOs;

- Investir na contratação de profissionais de saúde para os

CECCOs, assim como investir na formação permanente de todos os profissionais, comprometida com os pressupostos fundantes do CECCO e sua natureza;

- Reorientar os protocolos de registro de produção dos CECCOs no CEInfo, considerando sua natureza, sustentação, manejo e impacto;

- Viabilizar apoio, incentivo e empenho na tramitação do

Projeto de Lei 762/2007 para regulamentação intersecretarial dos CECCOs no nível municipal, inspirando posteriormente a proposta nacional na direção entre outras, de formulação de um CNES próprio;

Considerando o êxito do andamento dos trabalhos realizados pelo GT e a necessidade de continuidade de discussões relacionadas à amplitude das ações intersecretariais, no que diz respeito à suas atribuições e integração de trabalho cotidiano nos CECCOs;

Considerando a necessidade de ampliação de discussão do âmbito intersetorial com a presença de organizações comunitárias parceiras dos CECCOs, dos Conselhos Gestores de Supervisões de Saúde e Conselho Municipal de Saúde; Considerando a importância de discussão da normatização dos CECCOs a partir do conceito de sua natureza, na dimensão intersetorial, se valendo de acúmulo em estudos, pesquisas e especialistas, objetivando o investimento em formação permanente das equipes intersecretarias dos CECCOs;

Identificamos a necessidade de se constituir uma Comissão Permanente e Paritária composta por representantes das Secretarias Municipais de Cultura, Educação, Verde e Meio Ambiente, Esportes, Desenvolvimento e Trabalho, Direitos Humanos e Subprefeituras, trabalhadores e gestores dos serviços CECCO, Conselhos Gestores de Supervisões Técnicas de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, que terá como tarefa acompanhar e avaliar os encaminhamentos deste GT, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde. Sem mais,

Grupo de Trabalho para tratar do serviço Centro de Convivência e Cooperativa - CECCO

Portaria nº 412/2020 - SMS.G

CLAUDIA RUGGIERO LONGHI - RF 739.732.1

PAULA PAVAN ANTONIO - RF 819.276.6

ISABEL CRISTINA LOPES - RG 12.426.013.3

ADELHEID MARGARIDA MOLINAR - RF 738.479.5/1

JUELAINE SILVA DE SANTANA - RF 778.929.7

DENISE JORGE MOLINA - RF 633.397.4/1

MUNA ZEYN - RG 9.424.094-2

RONALDO GODEGHESE DE MIRANDA - RG 22.920.994-4

IVAN CÁCERES - RF 779.482.7

**COMUNICADO Nº 014/2021-NLICIT**

**ESTIMATIVA DE CONSUMO MÉDIO MENSAL PARA**

**FORNECIMENTO DE:**

ITEM 1 – PLACA PARA ELISA 96 poços

ITEM 2 – PLACA PARA TITULAÇÃO TIPO DEEP WELL 96 poços

ITEM 3 – PLACA PARA MICROTITULAÇÃO COM TAMPA

96 poços

ITEM 4 – PLACA PARA CULTURA CELULAR 96 poços

Com o intuito de realizar Licitação para Registro de Preços

dos objetos em tela, solicitamos às Unidades da ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS

E ECONOMIA MISTA manifestação de interesse através de correspondência eletrônica encaminhada ao endereço cleonicemachado@prefeitura.sp.gov.br

Pedimos a gentileza de encaminhar a manifestação, IMPRETERIVELMENTE, até dia 18/04/2021.

**COMUNICADO Nº 015/2021-NLICIT**

**ESTIMATIVA DE CONSUMO MÉDIO MENSAL PARA**

**FORNECIMENTO DE:**

ITEM 01 - Descarbonizante Spray 300ml 200g

ITEM 02 - Óleo lubrificante 100% sintético para motores

2 tempos

Com o intuito de realizar Licitação para Registro de Preços

dos objetos em tela, solicitamos às Unidades da ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS

E ECONOMIA MISTA manifestação de interesse através de correspondência eletrônica encaminhada ao endereço cleonicemachado@prefeitura.sp.gov.br

Pedimos a gentileza de encaminhar a manifestação, IMPRETERIVELMENTE, até dia 18/04/2021.

**RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO**

Ficam CONVOCADAS, as empresas abaixo relacionadas a retirar as Notas de Empenhos , no prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data desta publicação, na Seção de Contabilidade da Coordenação de Vigilância em Saúde, localizada na R. Santa Isabel, 181 - Vila Buarque, no horário das 9:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

OBS.: A não retirada dentro do prazo estabelecido, acarretará as interessadas as penalidades legais.

Quando da retirada da N.E., a empresa deverá apresentar cópia: CNPJ, Certidão de Tributos Federais, Certidão de Tributos Previdenciários, Certidão de Tributos Estadual, Certidão de Tributos Mobiliários, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e FGTS(CRF), apresentar documento comprobatório da representação legal.

Proc. Empresa N.E.

6018.2020/0047428-6 MBG COMERCIAL LTDA 32.254

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

**SUPERVISÃO DE FINANÇAS-COORDENADORIA DE SAÚDE - CONVOCAÇÂO**

Fica(m) convocada(s) a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s)

a retirar(em) a(s) Nota(s) de Empenho, no prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação, na Unidade de Contabilidade , localizada na Rua Padre Marchetti, 557 – 1 andar - Ipiranga, no horário das 9:00 às 14:00 horas. A(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar cópias autenticadas do CNPJ, CADIN, CND-INSS,

FGTS, Certidão de Regularidade com os tributos municipais ou declaração.

EMPRESAS PROCESSO NOTA DE EMPENHO

A D R I A N A DA S I LVA R E S E N D E 2 6 2 1 6 5 9 9 8 5 2

6018.2021/0014151-3 30.323

SILMARA APARECIDA VIEIRA CHAGAS GABRIEL

28057531860 6018.2021/0012341-8 30.332

FA B R I C I O D E L I M A M I R A N DA 0 9 2 5 4 4 8 4 6 0 1

6018.2021/0012341-8 30.327

COMERCIO SILVEIRA ATACADISTA DE

MOVEIS MOGI MIRIM - EIRELI – ME 6018.2021/0006583-3

31.161

C P S M O B I L I A R I O E E Q U I PA M E N TO S E I R E L I

6018.2021/0006583-3 31.153

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUL

**UNIDADE DE VIGILANCIA A SAUDE DE CAMPO LIMPO**

A Vigilância Sanitária da UVIS Campo Limpo, de acordo com o disposto no art.1º, inciso IV, art.140 e 145 da Lei Municipal nº 13.725 de 09/01/2004, torna público os seguintes despachos e procedimentos administrativos de infração sanitária:

Defesa ao Auto de Infração

Proc./Estabelecimento/Endereço/Nº do Auto de Infração/Despacho

6018.2020/0043988-0/GOLDH VISION COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS OTICOS EIRELI/Estrada do Campo Limpo nº 354 CJ 207/Série H/ Nº 019041/ À vista dos elementos contidos no presente, especialmente a manifestação técnica, que acolho e adoto como razão de decidir, quanto ao seu mérito, Indefiro mantendo-se integralmente o Auto de Infração.

6018.2020/0045499-4/RAIA DROGASIL S/A/Avenida José Galante,nº600/SÉRIE H/Nº 019043/ À vista dos elementos contidos no presente, especialmente a manifestação técnica, que acolho e adoto como razão de decidir, quanto ao seu mérito, Indefiro mantendo-se integralmente o Auto de Infração.

6018.2021/0015145-4/MANOEL FERNANDES DE ALMEIDA ME/Estrada do Campo Limpo nº 5538 SALA 05/Série H/ Nº019091/ À vista dos elementos contidos no presente, especialmente a manifestação técnica, que acolho e adoto como razão de decidir, quanto ao seu mérito, Indefiro mantendo-se integralmente o Auto de Infração.

6018.2021/0010152-0/SENESP SERVIÇO DE NEFROLOGIA

DE SÃO PAULO LTDA/Rua Clarindo, nº 59 63, 67, 71/Série H/ Nº

019086/ À vista dos elementos contidos no presente, especialmente a manifestação técnica, que acolho e adoto como razão de decidir, quanto ao seu mérito, Indefiro mantendo-se integralmente o Auto de Infração.

Despacho da Coordenadora I

Processo: 6018.2020/0007368-0/HOSPITAL e MATERNIDADE VIDA'S LTDA/Estrada de Itapecerica, nº 2687 - Vila Maracanã – O documento protocolado não configura Defesa. O infrator admite as irregularidades apontadas no Auto de Infração e relata as providências já adotadas. Em razão disto fica mantido integralmente o Auto de Infração Série H / nº 019087.

COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE

**PROCESSO SEI Nº 6018.2021/0019962-7 -**

**PROCESSO SIMPROC Nº 2014-0.136.154-0**

**DESPACHO DO COORDENADOR**

I – À vista do noticiado no presente processo administrativo, nos termos da competência excepcional, delegada pelas Portarias de SMS.G nº 962/2018, 877/2018, 819/2018, 702/2018,

1.046/2019, 1.377/2019 e 471/2020-SMS.G,RERRATIFICO o despacho autorizatório publicado em D.O.C 06.04.2021, página

91, para fazer acrescer a informação da Nota de Reserva e respectiva dotação referente aos valores correspondente ao valor de investimento (R$ 592.780,04 (quinhentos e noventa e dois mil e setecentos e oitenta reais e quatro centavos) repassado para o Termo Aditivo nº 041/2021 ao Contrato de Gestão n.º CG R 008/2015 – CPCSS/SMS :

Assim, onde se Lê:

(...)conforme Nota de Reserva com Transferência nº 19.322/2021, onerando a dotação orçamentária 84.10.10.302. 3003.2.507.3.3.50.39.00.00 (SEI 041205639)(...)

Leia-se:

conforme Nota de Reserva com Transferência nº

19.322/2021, onerando a dotação orçamentária 84.10.10.302.

3003.2.507.3.3.50.39.00.00 (SEI 041205639) e Nota de Reserva

24.016/2021,onerando a dotação 84.10.10.302.3003.2.507.4.4.

50.52.00.00 e NR. 24.015/2021, 84.10.10.302.3003.1.507.4.4.5

0.51.00.00 (SEI 042246070 e 042246088).

Permanecendo inalterados os demais termos do Despacho publicado.

II –Autorizo a emissão das respectivas Notas de Empenho.

**PROCESSO SEI Nº 6018.2021/0021541-0 -**

**PROCESSO SIMPROC Nº 2014-0.136.154-0**

**DESPACHO DO COORDENADOR**

I – À vista do noticiado no presente processo administrativo, nos termos da competência excepcional, delegada pelas Portarias de SMS.G nº 962/2018, 877/2018, 819/2018, 702/2018, 1.046/2019, 1.377/2019 e 471/2020-SMS.G,RERRATIFICO o despacho autorizatório publicado em D.O.C 06.04.2021, página 91, para fazer acrescer a informação da Nota de Reserva e respectiva dotação referente aos valores correspondente ao custo de investimento (R$ 310.068,00 (trezentos e dez mil, sessenta e oito reais) repassado para o Termo Aditivo nº 040/2021 ao Contrato de Gestão n.º CG R 008/2015 – CPCSS/SMS :

Assim, onde se Lê:

(...)O orçamento de desembolso para o custeio do mês de março é de R$ 705.037,62 (setecentos e cinco mil e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos) e para o mês de abril é de R$ 713.621,33 (setecentos e treze mil e seiscentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), conforme Nota de Reserva Com Transferência nº 22.336/2021, onerando a dotação orçamentária 84.10.10.302.3003.2.507.3.3.50.39.00.00 (SEI 041705093).)(...)

Leia-se:

O orçamento de desembolso para o custeio do mês de março é de R$ 705.037,62 (setecentos e cinco mil e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), sendo R$ 310.068,00 (trezentos e dez mil, sessenta e oito reais) a título de investimento e para o mês de abril é de R$ 713.621,33 (setecentos e treze mil e seiscentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), conforme Nota de Reserva Com Transferência nº 22.336/2021, onerando a dotação orçamentária 84.10.10.302.3003.2.507.3.3.50.39.00 .00 (SEI 041705093); NR 23.951/2021, onerando a dotação 84 .10.10.302.3003.1.507.4.4.50.51.00.00 e NR nº 23.954/2021, onerando a dotação 84.10.10.302.3003.2.507.4.4.50.52.00.00.

Permanecendo inalterados os demais termos do Despacho publicado.

II –Autorizo a emissão das respectivas Notas de Empenho.

**PROCESSO SEI Nº 6018.2021/0018432-8-**

**PROCESSO SIMPROC Nº 2014-0.321.812-5**

**DESPACHO DO COORDENADOR**

I – À vista do noticiado no presente processo administrativo, nos termos da competência excepcional, delegada pelas Portarias de SMS.G nº 962/2018, 877/2018, 819/2018, 702/2018,

1.046/2019, 1.377/2019 e 471/2020-SMS.G,RERRATIFICO o despacho autorizatório publicado em D.O.C 14.04.2021, página

43, para fazer constar o correto valor de desembolso:

Assim, onde se Lê:

(...)período de 01 a 31 de março de 2021,conforme autorizado pela Chefia de Gabinete/SMS em link 040777764.(...)

Leia-se:

(...)período de 01 a 30 de abril de 2021,conforme autorizado pela Chefia de Gabinete/SMS em link 040777764.(...)

Permanecendo inalterados os demais termos do Despacho publicado.

**LICITAÇÕES PAG. 56**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**6064.2020/0000084-6**

I – À vista da solicitação apresentada pela Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico desta Pasta nos autos do processo em epígrafe, doc. 041784104, e em observância aos dispositivos da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014,

dos Decretos Municipais 57.575, de 29 de dezembro de 2016, e 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, **DESIGNO** a servidora

**Lucila Medeiros Minichello de Sousa, RF 886.830.1**, em substituição a servidora Maria do Carmo Aparecida de Oliveira,

RF 826.282.9, para exercer a função de gestora do Termo de

Colaboração 01/2020/SMDET, firmado entre esta Secretaria e a OSC Instituto Asta, CNPJ 05.754.869/0001-45, cujo objeto consiste no interesse mútuo para executar as atividades de implantação, coordenação, operacionalização e gerenciamento do Programa Municipal Mãos e Mentes Paulistanas, instituído pelo Decreto Municipal 58.676, de 22 de março de 2019, que visa à organização e desenvolvimento econômico e profissional do setor de artesanato e trabalhos manuais no Município de São Paulo.

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EXTRATO TERMO**

**ADITIVO 01 AO CONTRATO 12/FPETC/2020**

PROCESSO 8110.2020/0000427-7

OBJETO: Aquisição de álcool líquido e em gel Sede da

Fundação Paulistana.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO

TECNOLOGIA E CULTURA

CONTRATADA: PARILIMP COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI

VALOR DO CONTRATO: R$ 7.035,37 (sete mil e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos)

DOTAÇÃO A SER ONERADA: 80.10.12.363.3019.2881 3.3.90.30.00

NOTA DE EMPENHO: 150/2021

DA PRORROGAÇÃO

Prorrogar o Termo de Contrato pelo período de pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir de 01/03/2021.

(01/03/2021 a 31/08/2021)

DA VALOR E QUANTIDADES ESTIMADAS

Valor global estimado é de R$ 7.035,37 (sete mil e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos).

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam mantidas as demais disposições contratuais que não colidam com o presente instrumento.

DATA DA ASSINATURA: 24/02/2021.

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 80**

**CÂMARA MUNICIPAL**

**Presidente: Milton Leite**

GABINETE DO PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**

**SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E**

**REVISÃO - SGP-4**

**DOCUMENTO RECEBIDO PARA PUBLICAÇÃO**

**DECISÃO DO PRESIDENTE**

"Fica prorrogado por mais 45 dias o registro de presença e a realização, exclusivamente virtuais, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solene e das Reuniões das Comissões, nos termos do Precedente Regimental nº 1/2021.

Ficam suspensos os prazos de funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito enquanto mantida a realização

das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, e reuniões das

Comissões exclusivamente pelo sistema virtual.

São Paulo, 14 de abril de 2021.

MILTON LEITE

Presidente"

PROJETOS LIDOS - texto original

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

**PARECER N° 161/2021 DA COMISSÃO DE**

**EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O**

**PROJETO DE LEI N° 554/2019**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, "Institui Campanha de conscientização sobre a importância da Educação Financeira nas escolas públicasmunicipais."

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa emitiu parecer pela legalidade.

A Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável.

A iniciativa pretende a instituição de Campanha de Conscientização sobre a Importância da Educação Financeira nas Escolas Públicas Municipais, com a intenção de ampliar as disciplinas afins, conforme deliberado pelo Parâmetro Curricular Nacional, objetivando ampliar o acesso à cultura de conscientização e de aplicação racional da renda pessoal, desde a infância.

Justifica o autor, dentre outros argumentos, que “A educação financeira é essencial para todos, mas ter a oportunidade desde o período escolar será um diferencial para crianças e adolescentes apresentarem mais consciência e criar uma boa relação com suas próprias finanças.”

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), educação financeira é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro".

De acordo com um levantamento coordenado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), iniciativas de educação financeira aumentaram 72% em cinco anos. Ao todo foram identificados mais de 1.300 projetos sobre o tema, quase metade apenas em instituições de ensino.

Esse tema passou a ser discutido com maior destaque em 2010, quando foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e, em 2017, se consolidou com a inclusão de educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação infantil e do ensino fundamental.

Desde então, os sistemas e as redes de ensino devem incorporar educação financeira e de consumo em escalas local, regional e global, como uma disciplina transversal, ou seja, que não é tratada apenas em matemática, mas em outras áreas, como linguagens, história e geografia. As instituições ou redes de ensino devem adequar os currículos e propostas pedagógicas à BNCC. Esta propositura alinha-se com a necessidade de incitar as escolas a cumprirem com essa obrigação.

Ante o exposto, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, no âmbito de sua competência, entende que a iniciativa é meritória e deve prosperar. Portanto, favorável é o parecer, nos termos do substitutivo a seguir, elaborado com o objetivo de excluir da redação original do projeto menção às escolas púbicas municipais.

**SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA**

**E ESPORTES AO PROJETO DE LEI Nº 554/2019**

"Institui, em âmbito municipal, a Campanha de conscientização sobre a importância da Educação Financeira.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, em âmbito municipal, a Campanha de conscientização sobre a importância da Educação Financeira.

Parágrafo único. A campanha possui como objetivo ampliar o acesso à cultura de conscientização e de aplicação racional da renda pessoal.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em14/04/2021.

Eliseu Gabriel – PSB – Presidente

Celso Giannazi - PSOL - Contrário

Cris Monteiro – NOVO

Eduardo Suplicy – PT

Eli Corrêa – DEM - Relator

Sandra Santana – PSDB

Sonaira Fernandes – REPUBLICANOS

**EXTRATO DE ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA**

**VIRTUAL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTESDO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM– PRIMEIRASESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA**

**DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quatro minutos, utilizando o aplicativo Microsoft Teams, no formato de videoconferência, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Vereador Eliseu Gabriel (PSB), com a presença dos Vereadores membros Cris Monteiro (NOVO), Eli Corrêa (DEM), Eduardo Suplicy (PT), Celso Giannazi (PSOL), Sandra Santana (PSDB) e Sonaira Fernandes (REPUBLICANOS).O Presidente fez menção sobre a audiência pública conjunta com a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica realizada no último dia 25 de março sobre o benefício do passe do idoso, e a seguir o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy leu a carta de sua autoria e assinada por outros vereadores sobre a manutenção da gratuidade do transporte público aos maiores de sessenta anos. O Presidente anunciouque a próxima reunião do Comitê

Emergencial da crise de Educação ocorrerá na próxima quinta- -feira dia, dia 08.A seguir, o presidente passou para a discussão dos itens da pauta, tendo sido lido e aprovado o Projeto de Lei PL 656/2017, o PL 42/2019 foi rejeitado com as abstenções dos Vereadores Sandra Santana e Eduardo Matarazzo Suplicy com indicação da Vereadora Sonaira Fernandes como relatoria do parecer contrário. O PL162/2019 foi adiado por duas sessões a pedido do Vereador Celso Giannazi e, por fim, foi aprovado o requerimento RCM EDUC 26/2021 de autoria da Comissão. O Presidente aprovou a sugestão de envio das pautas das reuniões sempre na segunda-feira anterior a realização delas.A seguir, o Presidente passou para os requerimentos de extra pauta RCM EDUC 27 e 28, respectivamente dos Vereadores Celso Giannazi e Eduardo Suplicy, tendo sido lidos e aprovados.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às quatorze horas e cinquenta e três minutos.Para constar, eu, Rafael Robles Godoi e Carmen Cristina Malavazzi, lavramos o presente termo que, lido e achado conforme, segue assinado pelos membros presentes e por nós subscrito.

**TRIBUNAL DE CONTAS PAG. 82**

**ATA EXTRATO DE SESSÃO PLENÁRIA**

**ATA DA 3.130ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO**

**CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA**

1) TC/002211/2015 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (atual **Secretaria Municipal**

**de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo**)/Secretaria

Municipal da Saúde/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Associação de Desenvolvimento Econômico Social às Famílias – Adesaf – Convênio 03/2014/SDTE R$ 9.780.434,04 – TA 01/2015/SDTE R$ 1.001.564,48 (acréscimo de valor), cujo objeto é a gestão e operacionalização do Programa Operação Trabalho – POT, voltados ao Programa "De Braços Abertos", visando à promoção e reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, sendo oferecidas 550 vagas pelo período de 12 meses. (Tramita em conjunto com o TC/002484/2015). 2) TC/002484/2015 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo)/Secretaria Municipal da Saúde/Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Associação de Desenvolvimento Econômico Social às Famílias – Adesaf – Acompanhamento – Execução do convênio – Verificar se o Convênio 03/2014/SDTE (TA 01/2015/ SDTE), cujo objeto é a gestão e operacionalização do Programa Operação Trabalho – POT, voltados ao Programa "De Braços Abertos", visando a promoção e reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, sendo oferecidas 550 vagas pelo período de 12 meses, está sendo executado de acordo com o Plano de Trabalho, bem como a regularidade da prestação de contas. (Tramita em conjunto com o TC/002211/2015).

Resultado: Por unanimidade, são acolhidos excepcionalmente o Convênio 03/2014/SDTE e o Termo de Aditamento 01/2015/SDTE. É julgada irregular a execução da avença e são acolhidos os efeitos financeiros produzidos. Em razão do encerramento do Programa "De Braços Abertos", deixam de ser expedidas determinações à Origem. É determinada a expedição de intimações à Origem, à entidade conveniada e aos responsáveis, bem como a expedição de ofício ao Ministério Público do Estado de São Paulo, com cópia do relatório e voto do Relator e do Acórdão, nos termos do voto do Relator.

3) TC/011718/2020 – Sociedade Amiga e Esportiva do Jardim Copacabana – Saec – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – Representação interposta apontando supostas irregularidades envolvendo a antecipação do término da vigência dos Termos de Colaboração 218/Smads/2019, 243/ Smads/2019 e 254/Smads/2019, cujo objeto é a prestação do serviço denominado Serviço Especializado de Abordagem Social a Adultos em Situação de Rua – Seas. Resultado: Por unanimidade, é conhecida a representação, por presentes os requisitos de admissibilidade. No mérito, é julgada improcedente, diante da constatação de ausência de eventual irregularidade na condução da ação administrativa, nos termos do voto do Relator